



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
N.º 429, DE 2017  
(Do Sr. Caio Narcio)**

Dispõe sobre a gestão de recursos próprios das Instituições Federais de Ensino Superior e veda sua retenção, compensação ou subtração, por parte do Poder Executivo.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

EDUCAÇÃO;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recursos diretamente arrecadados por Instituições Federais de Ensino Superior só poderão financiar despesas destas próprias instituições.

Parágrafo único. É vedada a limitação de empenho ou de movimentação financeira relativa às despesas financiadas com recursos diretamente arrecadados por Instituições Federais de Ensino Superior.

Art. 2º Os recursos diretamente arrecadados por Instituições Federais de Ensino Superior serão adicionados aos recursos não vinculados e inicialmente destinados a elas no orçamento anual como fonte de receitas orçamentárias destas instituições.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

As Instituição Federais de Ensino Superior (IFES) podem buscar a captação de recursos próprios, arrecadados por meio de prestação de serviços, assessorias, consultorias, cursos, aplicação no mercado financeiro etc.

Em audiência pública realizada pela Comissão de Educação das Câmara dos Deputados, em 13/07/2017, o representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Rogério Mazola, afirmou que, para reverter o quadro atual, de escassez de recursos, muitas universidades “estão procurando gerar recursos próprios, mas que estes estão sendo entendidos pelo Ministério do Planejamento como parte do orçamento original e não um suplemento a este”.

A Secretaria de Educação Superior do MEC teria encaminhado a algumas universidades, orientação segundo a qual “ A metodologia adotada pelo planejamento para distribuição dos recursos para a LOA, de conhecimento prévio de todos os reitores das universidades, consiste em reduzir o compromisso do Tesouro Nacional na provisão de recursos, em função da previsão de receitas próprias”.

Essa situação leva ao desestímulo pela busca de recursos próprios ou configuram uma punição às instituições que fizeram esforço de arrecadação

própria. É de se indagar, ainda, se estaria em desacordo com a previsão expressa na Constituição Federal, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, consagrada em seu art. 207.

Assim, parece-nos fundamental que as instituições federais de educação superior possam utilizar em exclusividade os recursos próprios por elas gerados, sem contingenciamento por parte do Poder Executivo e de forma a que sejam somados aos recursos ordinários do previstos no Orçamento.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 2017.

DEPUTADO CAIO NARCIO (PSDB/MG)

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA</b>          Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG          Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL          Seção de Legislação Citada - SELEC</p>
---

**CONSTITUIÇÃO  
 DA  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 1988**

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....  
**TÍTULO VIII  
 DA ORDEM SOCIAL**  
 .....

.....  
**CAPÍTULO III  
 DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO**  
 .....

**Seção I  
 Da Educação**  
 .....

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996](#))

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996](#))

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; ([Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009](#))

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; ([Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996](#))

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; ([Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006](#))

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. ([Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009](#))

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

.....  
 .....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------